

CAMARA MUNICIPAL DE TREMEMBÉ - SP

Termo de Referência 20/2026

Informações Básicas

Número do artefato	UASG	Editado por	Atualizado em
20/2026	929379-CAMARA MUNICIPAL DE TREMEMBÉ - SP	ANNA ELISE MANELLI FREITAS AFONSO	05/05/2026 10:36 (v 0.4)
Status			
CONCLUIDO			

Outras informações

Categoria	Número da Contratação	Processo Administrativo
II - compra, inclusive por encomenda/Bens de consumo		22/2026

1. CONDIÇÕES GERAIS DA CONTRATAÇÃO

1.1. Aquisição de insumos específicos para máquinas multi-bebidas, nos termos da tabela abaixo, conforme condições e exigências estabelecidas neste instrumento.

ITEM	ESPECIFICAÇÃO	CATMAT	UNIDADE DE MEDIDA	QUANTIDADE	VALOR UNITARIO	VALOR TOTAL
1	Café Solúvel Tradicional (específico para máquina automática)	463565	KG	40	R\$	R\$
2	Mistura para bebida láctea cremosa, sabor leite (sem açúcar, para máquina automática)	446019	KG	80	R\$	R\$
3	Mistura para bebida láctea, sabor Cappuccino com Canela (para máquinas automáticas)	617683	KG	80	R\$	R\$
4	Mistura para bebida láctea, sabor Chocolate (para máquinas automáticas)	617681	KG	80	R\$	R\$

1.2. Os bens objeto desta contratação são caracterizados como comuns.

1.3. Os itens 1 a 4 serão entregues de forma parcelada, e serão solicitados mensalmente nas quantidades conforme a necessidade da Câmara Municipal e deverão ser entregues no prazo de 24 (vinte e quatro) horas a partir da solicitação formal pela Contratante.

1.4. O objeto desta contratação não se enquadra como bem de luxo, conforme Decreto nº 10.818, de 27 de setembro de 2021.

1.5. Em caso de eventual divergência entre o descritivo do CATMAT e a ESPECIFICAÇÃO deste Termo de Referência, prevalecerá o descritivo deste Termo de Referência.

1.6. O prazo de vigência da contratação é de até 12 (doze) meses, contados da data da assinatura do contrato, exclusivamente para entrega e liquidação da despesa, nos termos do artigo 105 da Lei nº 14.133, de 2021.

1.7. O critério de julgamento adotado será o MENOR PREÇO GLOBAL, observadas as exigências contidas neste Termo de Referência.

1.8. O contrato ou outro instrumento hábil que o substitua oferece maior detalhamento das regras que serão aplicadas em relação à vigência da contratação.

2. FUNDAMENTAÇÃO E DESCRIÇÃO DA NECESSIDADE DA CONTRATAÇÃO

2.1. A fundamentação da contratação está contida na necessidade de obtenção de insumos específicos para abastecimento de máquinas multi-bebidas que são de consumo dos servidores, vereadores e do público que frequenta as dependências da Câmara Municipal da Estância Turística de Tremembé, considerando que sua ausência comprometeria o bem-estar, a saúde e as condições de trabalho, além de impactar negativamente no atendimento ao público e no regular funcionamento das atividades administrativas e legislativas.

2.2. O objeto da contratação está previsto no Plano de Contratações Anual – PCA 2026, em conformidade com as informações constantes neste Termo de Referência.

3. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO CONSIDERADO O CICLO DE VIDA DO OBJETO E ESPECIFICAÇÃO DO PRODUTO

3.1. A solução para proposta consiste na aquisição de insumos específicos para máquinas multi-bebidas, conforme especificações deste Termo de Referência, com a finalidade de atender à demanda de consumo dos servidores, vereadores e do público que frequenta as dependências da Câmara Municipal da Estância Turística de Tremembé.

3.2. A presente contratação visa garantir as condições adequadas de trabalho e atendimento ao público, proporcionando bebidas quentes para consumo nas dependências da Câmara Municipal, contribuindo para o bem-estar e a manutenção da rotina administrativa e legislativa da instituição.

3.3. Trata-se de solução simples e pontual, consistindo no fornecimento de insumos específicos para máquinas multi-bebidas, com entrega no endereço da Câmara Municipal, conforme condições e exigências estabelecidas neste Termo de Referência.

4. REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO

Sustentabilidade

4.1. Considerando as disposições da Lei nº 14.133/2021 e a natureza do objeto, a aquisição observará, sempre que possível, critérios de sustentabilidade ambiental, especialmente no que se refere ao descarte e à logística reversa dos resíduos, conforme legislação vigente.

Da Indicação de Marcas ou Modelos

4.2. Fica expressamente vedada a indicação de marcas ou modelos específicos como condição para a formulação de propostas ou para a entrega do objeto.

4.2.1. Os licitantes deverão observar, rigorosamente, as **especificações técnicas mínimas exigidas** neste Termo de Referência, sendo vedada qualquer oferta que se limite à mera apresentação de marca ou modelo, sem a devida demonstração do atendimento pleno às condições técnicas requeridas.

4.2.2. As propostas devem estar formuladas de modo a evidenciar que o produto ofertado corresponde integralmente às características técnicas exigidas, sem vinculação ou restrição imotivada a fabricantes ou marcas.

Da Vedação à Contratação de Determinadas Marcas ou Produtos

4.3. Não foram identificadas, para o objeto desta contratação, marcas, modelos, produtos ou fornecedores que devam ser excluídos do certame por razões técnicas, jurídicas, ambientais ou éticas.

4.3.1. Assim, não há vedação expressa a quaisquer marcas ou fabricantes, desde que o produto ofertado atenda integralmente às especificações técnicas definidas neste Termo de Referência, e não haja qualquer impedimento legal, sanitário ou ambiental relacionado.

Da Exigência de Amostras

4.4. Considerando a natureza do objeto e a clareza das especificações técnicas apresentadas neste Termo de Referência, **não será exigida a apresentação de amostras** pelos licitantes em qualquer fase do certame ou da execução contratual, salvo em caso de dúvida fundada quanto ao atendimento das características especificadas, hipótese em que poderá ser solicitada pela Administração a qualquer tempo, mediante justificativa técnica formal.

4.4.1 Entretanto, o produto a ser entregue deverá obedecer integralmente às características descritas neste Termo de Referência, sob pena de rejeição e responsabilização da contratada.

Da Subcontratação

4.5. Em razão da simplicidade e da natureza do objeto, que consiste em fornecimento direto de bens padronizados, fica expressamente vedada a **subcontratação total ou parcial** do objeto, nos termos do art. 121 da Lei Federal nº 14.133/2021.

4.5.1. A empresa adjudicatária deverá executar diretamente todas as obrigações assumidas, respondendo integralmente pelo cumprimento das especificações técnicas e dos prazos estabelecidos, bem como pela qualidade e integridade dos bens fornecidos.

Da Garantia da Contratação

4.6. Tendo em vista a natureza do objeto e a ausência de risco relevante à Administração, **não será exigida garantia da contratação**, nos termos do art. 96, inciso I, da Lei Federal nº 14.133/2021.

4.6.1. O fiel cumprimento das obrigações contratuais será assegurado pelos meios legais previstos, incluindo as sanções administrativas cabíveis e o acompanhamento e fiscalização da execução contratual, conforme definido neste Termo de Referência e na minuta contratual correspondente.

Participação Exclusiva de Microempresas e Empresas de Pequeno Porte:

4.7. Nos termos do art. 47 da Lei Complementar n.º 123, de 2006, do art. 4º do Decreto Federal n.º 8.538, de 2015, e do art. 72, § 1º, da Lei Federal n.º 14.133, de 2021, a presente dispensa será **exclusiva para a participação de microempresas (ME) e empresas de pequeno porte (EPP)**, considerando que o valor estimado da contratação não ultrapassa o limite legal estabelecido para essa finalidade.

4.7.1. A adoção da exclusividade de participação de ME e EPP visa atender ao interesse público, promover o desenvolvimento econômico e social local e regional, fomentar a inovação e ampliar a eficiência das políticas públicas, conforme diretrizes das legislações vigentes.

Margem de Preferência:

4.8. Não será aplicada margem de preferência nesta licitação, tendo em vista a natureza do objeto e a adoção da exclusividade de participação de microempresas e empresas de pequeno porte.

4.8.1. A margem de preferência prevista no art. 26 da Lei Federal n.º 14.133, de 2021, visa priorizar a aquisição de bens manufaturados nacionais que atendam a normas técnicas brasileiras ou de bens recicláveis, reciclados ou biodegradáveis, e não se confunde com a reserva legal de participação exclusiva ou preferencial para microempresas e empresas de pequeno porte.

5. MODELO DE EXECUÇÃO DO OBJETO

CONDIÇÕES DE ENTREGA

5.1. O prazo para entrega dos bens será de até **5 (cinco) dias**, contados da data da emissão da **Nota de Empenho**.

5.2. Caso não seja possível a entrega na data assinalada, a contratada deverá comunicar formalmente as razões com **no mínimo 2 (dois) dias úteis de antecedência** para que qualquer pleito de prorrogação de prazo seja analisado, ressalvados casos fortuitos ou de força maior devidamente comprovados.

5.3. Os bens deverão ser entregues no seguinte endereço: **Câmara Municipal da Estância Turística de Tremembé**, Rua Bom Jesus, nº 145 – Bairro Solar da Mantiqueira – Tremembé/SP – CEP 12.120-000.

5.4. Os produtos deverão ser entregues devidamente embalados, em perfeitas condições de conservação e higiene, com rótulo inviolado e informações claras e visíveis sobre **data de fabricação, prazo de validade e número do lote**, conforme exigências da Anvisa e demais normas sanitárias vigentes.

GARANTIA

5.5. Aplica-se à presente contratação o disposto no **Código de Defesa do Consumidor (Lei nº 8.078, de 11 de setembro de 1990)**, assegurando-se à Administração o direito à substituição dos produtos que apresentarem vício de qualidade, embalagem violada ou inconformidade com as especificações do pedido ou com as normas sanitárias.

5.6. A substituição dos produtos deverá ocorrer no prazo máximo de **3 (três) dias úteis**, contados da notificação da Câmara Municipal, sem qualquer ônus adicional para a Administração.

5.7. Todas as despesas com transporte e substituição de produtos rejeitados correrão exclusivamente por conta da contratada.

6. MODELO DE GESTÃO DO CONTRATO

DA EXECUÇÃO DO CONTRATO

6.1. O contrato deverá ser executado fielmente pelas partes, de acordo com as cláusulas avençadas, as normas da Lei nº 14.133/2021, e as demais disposições legais aplicáveis.

6.2. A entrega do objeto será conforme o item 1.3 deste termo de referênc, conforme as condições estabelecidas no Termo de Referência, na proposta vencedora e no instrumento convocatório.

6.3. Ocorrendo impedimento, ordem de paralisação ou suspensão da entrega devidamente justificada, o prazo será prorrogado automaticamente pelo tempo correspondente, mediante simples apostila.

6.4. As comunicações entre a Contratante e a Contratada deverão ser feitas preferencialmente por escrito, admitindo-se o uso de correio eletrônico.

DA FISCALIZAÇÃO DO CONTRATO

6.5. A execução do contrato será acompanhada e fiscalizada por representante formalmente designado pela Contratante, nos termos do art. 117 da Lei nº 14.133/2021.

6.6. O fiscal administrativo verificará o cumprimento das obrigações contratuais pela Contratada, inclusive quanto à entrega integral e nas condições estabelecidas, bem como acompanhará os procedimentos relativos a empenho, liquidação e pagamento.

6.7. Havendo necessidade, poderão ser solicitados documentos comprobatórios para verificação do cumprimento das obrigações assumidas.

6.8. As irregularidades eventualmente constatadas durante a fiscalização serão formalmente comunicadas ao gestor do contrato, para adoção das providências cabíveis.

6.9. A fiscalização não exime a Contratada de suas responsabilidades, inclusive perante terceiros, por eventuais vícios, defeitos ou descumprimentos do objeto contratado.

DA GESTÃO DO CONTRATO

6.7. O contrato será gerido por servidor designado como gestor, responsável pelo acompanhamento geral da execução, registro de ocorrências e interlocução com os fiscais e com a autoridade competente.

6.8. Compete ao gestor do contrato:

I – acompanhar a execução do contrato, promovendo os registros formais necessários ao seu acompanhamento;

II – registrar e acompanhar eventuais ocorrências e providências adotadas no curso da execução;

III – verificar a regularidade da documentação fiscal e trabalhista da contratada para fins de liquidação e pagamento;

IV – emitir atesto quanto ao cumprimento das obrigações contratuais, para fins de liquidação e pagamento.

DA RESPONSABILIDADE DA CONTRATADA

6.9. A Contratada será responsável pelos vícios, defeitos ou não conformidades relacionados ao objeto fornecido, nos termos da legislação aplicável.

7. INFRAÇÕES E SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

Das Infrações Administrativas

7.1. Constituem infrações administrativas, nos termos da Lei nº 14.133, de 2021, as seguintes condutas praticadas pelo contratado:

- a) não cumprir total ou parcialmente as obrigações assumidas;
- b) retardar, sem justificativa, a entrega do objeto;
- c) apresentar documentação falsa ou prestar declaração falsa durante a execução do contrato;
- d) praticar fraude na execução da contratação;
- e) comportar-se de modo inidôneo;
- f) praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013.

Das Sanções Aplicáveis

7.2. O contratado ficará sujeito, garantida a prévia defesa e o contraditório, às seguintes sanções, observadas as disposições da Lei nº 14.133, de 2021:

7.2.1. Advertência, aplicável em caso de infração de menor gravidade, que não justifique penalidade mais severa.

7.2.2. Multa, aplicável nos seguintes casos:

- a) **Mora:** 0,5% (meio por cento) por dia útil de atraso injustificado, incidente sobre o valor da parcela inadimplida, limitada a 10% (dez por cento) do valor total da contratação;
- b) **Inexecução total:** 10% (dez por cento) sobre o valor total da contratação;
- c) **Inexecução parcial ou execução irregular que cause prejuízo:** 5% (cinco por cento) sobre o valor da parte inadimplida.

7.2.2.1. As multas serão recolhidas administrativamente no prazo máximo de 15 (quinze) dias úteis, contados da notificação.

7.2.2.2. Caso as multas ultrapassem os valores a pagar à contratada, a diferença será descontada da garantia ou cobrada judicialmente.

7.2.3. Impedimento de licitar e contratar, quando comprovadas infrações graves que comprometam a confiança da Administração, conforme hipóteses legais.

7.2.4. Declaração de inidoneidade, nos termos da Lei nº 14.133, de 2021, para condutas gravíssimas ou que inviabilizem a relação de confiança com a Administração Pública.

Do Procedimento de Aplicação das Penalidades

7.3. As sanções serão aplicadas mediante processo administrativo próprio, assegurado o contraditório e a ampla defesa, conforme art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021.

7.3.1. As notificações serão realizadas eletronicamente, por meio dos endereços informados na proposta, os quais presumem-se válidos e de uso contínuo.

Dos Critérios para Aplicação das Sanções

7.4. Na aplicação das sanções serão considerados:

- a) a natureza e gravidade da infração;
- b) as circunstâncias agravantes ou atenuantes;
- c) os danos causados à Administração;
- d) a eventual existência de programa de integridade.

Da Publicidade e Registro das Penalidades

7.5. As sanções aplicadas serão registradas no Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (CEIS) e no Cadastro Nacional de Empresas Punidas (CNEP), conforme a legislação vigente.

Da Reabilitação

7.6. As penalidades de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade serão passíveis de reabilitação, nos termos do art. 163 da Lei nº 14.133, de 2021.

Da Compensação de Débitos

7.7. Os débitos da contratada para com a Administração, oriundos de multas e indenizações, poderão ser compensados com créditos devidos pelo mesmo órgão contratante, na forma da Instrução Normativa SEGES/ME nº 26, de 2022.

8. CRITÉRIOS DE MEDIÇÃO E DE PAGAMENTO

Recebimento

8.1. Os bens serão recebidos provisoriamente, de forma sumária, no ato da entrega, juntamente com a nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente, pelo responsável designado para o acompanhamento da contratação, para efeito de posterior verificação de sua conformidade com as especificações constantes no Termo de Referência e na proposta.

8.1.1. Os bens poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, inclusive antes do recebimento provisório, quando em desacordo com as especificações constantes no Termo de Referência e na proposta, devendo ser substituídos no prazo de **05 (cinco)** dias , a contar da notificação da Contratada, às suas expensas, sem prejuízo da aplicação das penalidades cabíveis.

8.1.2. O recebimento definitivo ocorrerá no prazo de **05 (cinco)** dias, a contar do recebimento da nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente, após a verificação da conformidade e quantidade do material entregue e consequente aceite mediante termo próprio.

8.1.3. O prazo para o recebimento definitivo poderá ser prorrogado, de forma justificada, por igual período, quando houver necessidade de diligências para aferição do atendimento das exigências contratuais.

8.1.4. O recebimento provisório ou definitivo não exclui a responsabilidade da Contratada pela qualidade, garantia e segurança dos bens, nem pelas demais obrigações assumidas.

Liquidação da Despesa

8.2. Recebida a nota fiscal ou documento de cobrança equivalente, correrá o prazo de **05 (cinco)** dias úteis para fins de liquidação, prorrogável por igual período, nos termos do art. 7º, §3º da Instrução Normativa SEGES/ME nº 77/2022.

8.2.1. Para a liquidação, o setor responsável verificará:

- I - a conformidade dos bens entregues com as especificações e quantidades;
- II - a regularidade da documentação fiscal apresentada;
- III - a regularidade fiscal e trabalhista da Contratada mediante consulta por meio de consultas aos sítios eletrônicos oficiais.

8.2.2. Havendo erro na apresentação da nota fiscal ou documento equivalente, ou circunstância que impeça a liquidação da despesa, esta ficará suspensa até que a Contratada providencie as correções necessárias, reiniciando-se o prazo após a regularização.

Pagamento

8.3. O pagamento será realizado, preferencialmente, por meio de boleto bancário, a ser emitido pela Contratada. Alternativamente, caso a Contratada indique conta corrente de sua titularidade no Banco do Brasil S. A. ou na Caixa Econômica Federal, o pagamento poderá ser efetuado por meio de transferência eletrônica direta. A preferência estabelecida neste artigo não possui caráter restritivo, sendo assegurada a realização de pagamento por outros meios legalmente admitidos, desde que não impliquem a incidência de tarifas, encargos ou quaisquer custos adicionais para a Administração Pública, em observância aos princípios da economicidade, eficiência e interesse público.

8.3.1. No caso de atraso no pagamento, o valor devido será atualizado monetariamente pelo IPCA-E (ou outro índice que venha a substituí-lo) entre o termo final do prazo e a data do efetivo pagamento, conforme a legislação vigente.

8.3.2. O pagamento será considerado realizado no prazo de 10 (dez) dias úteis em que constar a quitação do boleto bancário.

8.3.3. Quando do pagamento, será efetuada a retenção tributária prevista na legislação aplicável.

8.3.4. A Contratada, se regularmente optante pelo Simples Nacional, fará jus ao tratamento tributário favorecido, mediante apresentação de documento oficial que comprove a opção vigente.

Antecipação de pagamento

8.4. A presente contratação não prevê a antecipação de pagamento, salvo mediante prévia autorização formal da autoridade competente, em casos excepcionais devidamente justificados nos autos, nos termos do §1º do art. 145 da Lei nº 14.133, de 2021.

Cessão de Crédito

8.5. Em razão da natureza e das características da presente contratação, não será admitida a cessão de crédito, seja de forma total ou parcial, decorrente da entrega do objeto a qualquer título.

8.6. O pagamento será efetuado exclusivamente ao contratado vedada a transferência do direito de recebimento a terceiros.

Reajuste

8.7. Considerando a natureza da presente contratação, que consiste na entrega conforme o item 1.3, os preços pactuados são fixos e irrevogáveis, não se aplicando cláusula de reajuste ou atualização periódica de valores.

9. FORMA E CRITÉRIOS DE SELEÇÃO DO FORNECEDOR E FORMA DE FORNECIMENTO

Forma de seleção e critério de julgamento da proposta

9.1. O contratado será selecionado por meio da realização de procedimento de dispensa de licitação, na forma eletrônica, com fundamento na hipótese do art. 75, inciso II da Lei nº 14.133/2021, que culminará com a seleção da proposta de MENOR PREÇO GLOBAL.

Forma de fornecimento

9.2. O fornecimento do objeto será conforme o item 1.3 deste Termo de Referência, conforme detalhamento constante no Termo de Referência.

9.3. O preço apresentado deverá estar compatível com os preços praticados no mercado, considerando a pesquisa de preços realizada pela Administração, constante dos autos do processo.

9.4. Valores manifestamente inexequíveis poderão ser desconsiderados pela Administração, conforme dispõe o art. 48 da Lei nº 14.133/2021.

Exigências de habilitação

9.5. Para fins de habilitação, o fornecedor deverá comprovar:

9.5.1. Habilitação jurídica:

a) Pessoa física: cédula de identidade (RG) ou documento equivalente que, por força de lei, tenha validade para fins de identificação em todo o território nacional;

b) Empresário individual: inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede;

c) Microempreendedor Individual - MEI: Certificado da Condição de Microempreendedor Individual - CCMEI, cuja aceitação ficará condicionada à verificação da autenticidade no sítio <https://www.gov.br/empresas-e-negocios/pt-br/empreendedor>;

d) Sociedade empresária, sociedade limitada unipessoal – SLU ou sociedade identificada como empresa individual de responsabilidade limitada - EIRELI: inscrição do ato constitutivo, estatuto ou contrato social no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;

e) Sociedade empresária estrangeira: portaria de autorização de funcionamento no Brasil, publicada no Diário Oficial da União e arquivada na Junta Comercial da unidade federativa onde se localizar a filial, agência, sucursal ou estabelecimento, a qual será considerada como sua sede, conforme Instrução Normativa DREI/ME n.º 77, de 18 de março de 2020.

f) Sociedade simples: inscrição do ato constitutivo no Registro Civil de Pessoas Jurídicas do local de sua sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;

g) Filial, sucursal ou agência de sociedade simples ou empresária: inscrição do ato constitutivo da filial, sucursal ou agência da sociedade simples ou empresária, respectivamente, no Registro Civil das Pessoas Jurídicas ou no Registro Público de Empresas Mercantis onde opera, com averbação no Registro onde tem sede a matriz;

9.5.1.1. Os documentos apresentados deverão estar acompanhados de todas as alterações ou da consolidação respectiva.

Habilitação fiscal, social e trabalhista

a) Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas (CNPJ);

b) Prova de regularidade fiscal perante a Fazenda Nacional, mediante Certidão Conjunta expedida pela Receita Federal e Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional;

c) Prova de regularidade com o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS);

d) Prova de regularidade com a Fazenda Estadual ou Distrital do domicílio ou sede do fornecedor;

e) Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho (CNDT).

f) Prova de regularidade com a Fazenda Municipal do domicílio ou sede do fornecedor, relativa à atividade em cujo exercício contrata ou concorre;

9.5.3. Qualificação econômico-financeira

9.5.3.1 Não será exigida qualificação econômico-financeira para esta contratação, por se tratar de aquisição de pequeno valor.

9.5.4. Qualificação técnica

9.5.4.1 Não será exigida qualificação técnica específica, por se tratar de fornecimento de bem comum, de entrega única, sem complexidade operacional.

Disposições gerais

9.6. Não serão aceitos documentos de habilitação com indicação de CNPJ/CPF diferentes, salvo aqueles legalmente permitidos.

9.7. Se o fornecedor for a matriz, todos os documentos deverão estar em nome da matriz, e se o fornecedor for a filial, todos os documentos deverão estar em nome da filial, exceto para atestados de capacidade técnica, e no caso daqueles documentos que, pela própria natureza, comprovadamente, forem emitidos somente em nome da matriz.

9.8. É vedada a participação simultânea na presente licitação de empresas que possuam vínculo societário direto ou indireto, inclusive entre matriz e filial, ou entre empresas que tenham sócios em comum, quando caracterizado o controle ou administração conjunta.

9.8.1. No caso de participação de matriz ou filial, apenas uma unidade poderá apresentar proposta.

10. ESTIMATIVAS DO VALOR DA CONTRATAÇÃO

10.1. O custo estimado total da contratação é de **R\$ 27.348,00 (vinte e sete mil, trezentos e quarenta e oito reais)**, conforme custos unitários indicados na tabela do item 1.1 deste Termo de Referência.

10.2. O custo estimado da contratação não possui caráter sigiloso.

10.3. A estimativa de preços para a presente contratação foi elaborada com base em pesquisa de mercado realizada em conformidade com o art. 23 da Lei nº 14.133/2021 e as diretrizes estabelecidas na Instrução Normativa SEGES /ME nº 65, de 2021.

10.4. O presente Termo de Referência será acompanhado do respectivo Relatório de Pesquisa de preço, contendo as informações necessárias à demonstração da compatibilidade do valor estimado com os preços praticados no mercado, condição indispensável para a formalização da adequação orçamentária e prosseguimento do processo licitatório.

11. ADEQUAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

11.1. As despesas decorrentes da presente contratação correrão à conta de recursos específicos consignados no Orçamento do legislativo municipal para o exercício de 2026.

12. DISPOSIÇÕES FINAIS

12.1. As informações contidas neste Termo de Referência não são classificadas como sigilosas, salvo disposição legal em contrário.

Tremembé/SP, 05 de maio de 2026.

13. ANEXO I Regras aplicáveis ao instrumento substitutivo ao contrato

(Contratações de pequeno valor - art. 95, inciso I, da Lei n. 14.133/2021, Orientação Normativa nº 84, de 17 de maio de 2024)

1 . FORMALIZAÇÃO DA CONTRATAÇÃO

1.1. O adjudicatário terá o prazo de 5 (cinco) dias úteis, contado a partir da data de sua convocação, para aceitar o instrumento equivalente ao contrato (Nota de Empenho) sob pena de decair do direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas.

1.2. O prazo poderá ser prorrogado, por igual período, por solicitação justificada do adjudicatário e aceita pela Administração.

1.3. O aceite do instrumento equivalente pelo adjudicatário implica no reconhecimento de que:

1.3.1. referido instrumento substitui o termo de contrato, sendo-lhe aplicáveis as disposições da Lei nº 14.133/2021;

1.3.2. o Contratado se vincula à sua proposta e às previsões contidas na Contratação Direta, no Termo de Referência e em seus anexos.

2. VIGÊNCIA E PRORROGAÇÃO

2.1. A vigência da presente contratação inicia-se na data da emissão da Nota de Empenho e estende-se até a entrega integral do objeto, bem como o respectivo pagamento.

2.2. O prazo para entrega do bem será de até 5 (cinco) dias corridos contados a partir da data de emissão da Nota de Empenho.

2.3. O pagamento será efetuado em até 10 (dez) dias úteis após o recebimento definitivo do bem e apresentação da nota fiscal correspondente.

2.4. Considerando que se trata de aquisição de bem com entrega única e integral, não haverá prorrogação da vigência.

3. OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE

3.1. Emitir a Nota de Empenho para formalizar a contratação da compra dos itens especificados nesta compra.

3.2. Receber o bem no endereço indicado, conferindo sua conformidade com as especificações do Termo de Referência.

3.3. Efetuar o pagamento ao fornecedor no prazo estipulado, mediante apresentação da nota fiscal e comprovação do recebimento definitivo do objeto.

3.4. Informar ao fornecedor qualquer irregularidade constatada no produto, dentro do prazo de garantia, para fins de garantia e reposição.

4. OBRIGAÇÕES DO CONTRATADO

4.1. Entregar o objeto da contratação no endereço indicado pelo Contratante, no prazo estabelecido na Nota de Empenho.

4.2. Garantir que o produto entregue esteja conforme as especificações técnicas e condições previstas no Termo de Referência.

4.3. Apresentar a nota fiscal correspondente à entrega do objeto para fins de pagamento.

4.4. Responder pela garantia mínima de 12 meses, comprometendo-se a substituir, sem custo adicional, o produto que apresentar defeito de fabricação dentro do período de garantia.

4.5. Manter comunicação clara e tempestiva com o Contratante para esclarecer dúvidas e solucionar eventuais problemas relacionados ao fornecimento do produto.

5. DA EXTINÇÃO CONTRATUAL

5.1. A contratação será extinta quando todas as obrigações de ambas as partes forem cumpridas, ainda que isso ocorra antes do prazo inicialmente previsto.

5.2. Caso as obrigações não sejam cumpridas no prazo estabelecido, a vigência poderá ser prorrogada até a entrega integral do objeto, devendo a Administração ajustar o cronograma conforme necessário.

5.3. Se a não entrega decorrer de culpa do Contratado:

5.3.1. O Contratado ficará constituído em mora e poderá sofrer as sanções administrativas previstas;

5.3.2. A Administração poderá optar pela extinção da contratação e adotar as medidas legais para garantir a aquisição do objeto.

5.4. A contratação será extinta após a entrega integral do objeto e o pagamento correspondente.

5.5. A Administração poderá extinguir a contratação antes da entrega, sem ônus, caso não disponha de recursos orçamentários ou se entender que a compra não é mais necessária.

5.6. Nestes casos, a extinção ocorrerá após notificação ao Contratado com antecedência mínima de 2 (dois) meses.

5.7. Se a notificação ocorrer com menos de 2 (dois) meses de antecedência, a extinção será efetivada após 2 (dois) meses da comunicação.

5.8. A contratação poderá ser extinta por motivos previstos na legislação vigente, assegurados o contraditório e a ampla defesa.

5.9. Sempre que possível, a extinção será precedida de:

5.9.1. Balanço do que foi cumprido;

5.9.2. Relação dos pagamentos efetuados;

5.9.3. Indicação de eventuais multas.

6. DOS CASOS OMISSOS

6.1. Os casos omissos serão decididos pelo Contratante, segundo as disposições contidas na Lei nº 14.133, de 2021, e demais normas federais aplicáveis e, subsidiariamente, segundo as disposições contidas na Lei nº 8.078, de 1990 – Código de Defesa do Consumidor – e normas e princípios gerais dos contratos.

7. ALTERAÇÕES

7.1. Eventuais alterações contratuais reger-se-ão pela disciplina dos arts. 124 e seguintes da Lei nº 14.133, de 2021.

7.2. O Contratado é obrigado a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários, até o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado da contratação.

7.3. As supressões resultantes de acordo celebrado entre as partes contratantes poderão exceder o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato.

7.4. As alterações contratuais deverão ser promovidas mediante celebração de termo aditivo, submetido à prévia aprovação da consultoria jurídica do Contratante, salvo nos casos de justificada necessidade de antecipação de seus efeitos, hipótese em que a formalização do aditivo deverá ocorrer no prazo máximo de 1 (um) mês.

7.5. Registros que não caracterizam alterações contratuais podem ser realizados por simples apostila, dispensada a celebração de termo aditivo, na forma do art. 136 da Lei nº 14.133, de 2021.

8. FORO

8.1. Fica definido o foro da Comarca de Tremembé/SP como o competente para dirimir quaisquer litígios oriundos da contratação que não puderem ser resolvidos por meio de conciliação, nos termos do art. 92, § 1º, da Lei nº 14.133, de 2021.

14. ANEXO II TERMO DE CIÊNCIA E CONCORDÂNCIA

Por meio deste instrumento, (*identificar o Contratado*) declara que está ciente e concorda com as disposições e obrigações previstas no Edital **OU** *Aviso de Contratação Direta*, no Termo de Referência e nos demais anexos a que se refere o *Dispensa Eletrônica* nº...../20....., bem como que se responsabiliza, sob as penas da Lei, pela veracidade e legitimidade das informações e documentos apresentados durante o processo de contratação.

Tremembé/SP, 05 de maio de 2026.

(Nome e Cargo do Representante Legal)

15. Responsáveis

Todas as assinaturas eletrônicas seguem o horário oficial de Brasília e fundamentam-se no §3º do Art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).

ANNA ELISE MANELLI FREITAS AFONSO

Equipe de apoio